



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682439 - MG (2021/0232872-1)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : FERNANDA DRUMOND ALVES DINIZ
ADVOGADA : FERNANDA DRUMMOND ALVES DINIZ - MG118328
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DOUGLAS GUEDES DE ARAUJO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS GUEDES DE ARAÚJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.121694-0/000).

O paciente foi preso preventivamente, em razão da suposta prática dos crimes previstos no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 e no art. 180, *caput*, do Código Penal.

A impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo a prisão sido embasada apenas na gravidade abstrata do delito, o que não é permitido pelo ordenamento jurídico.

Argumenta que, caso sobrevenha condenação, o paciente poderá vir a ser agraciado com a substituição da pena por restritivas de direitos, ou seja, situação menos gravosa do que o segregado se encontra.

Defende, por fim, que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas, notadamente em razão da pandemia da covid-19.

Requer, liminarmente, seja permitido ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a revogação da prisão preventiva do paciente, deles não se extraindo os traços de ilegalidade manifesta necessários para o deferimento da cautela requerida, consoante se extrai da seguinte passagem (e-STJ fls. 39-42):

Ao contrário do que alega o impetrante, não se verifica, neste momento, nenhum constrangimento ilegal. A decisão combatida está fundamentada na garantia da ordem pública (artigo 312 do CPP), principalmente na gravidade concreta dos fatos, em tese, praticados pelo paciente e no risco de reiteração delitiva.

Apesar de a quantidade de droga apreendida ser pequena (6,8g de maconha), não é de todo descabida a possibilidade de que mais entorpecentes

terem sido descartados no vaso sanitário pelo paciente, conforme relataram os policiais civis que cumpriram o mandado de busca e apreensão.

Ademais, o paciente também tentou se desfazer do telefone celular e danificá-lo, bem como que na casa dele foi apreendida uma televisão objeto de furto.

Por fim, não se pode desconsiderar o fato de que a apreensão de todo o material se deu em cumprimento de mandado de busca e apreensão na residência do paciente. Apesar de os autos não trazerem informações suficientes sobre o que motivou a expedição do mandado de busca e apreensão, presume-se que seja por notícias do envolvimento do paciente com a criminalidade.

De fato, o paciente já foi condenado, ainda que provisoriamente, pelo delito de roubo, conforme se infere da CAC (não juntada pelo impetrante, diga-se de passagem) constante nos autos 5002137-50.2021.8.13.0209 que tramitam pelo sistema PJe.

Não há que se falar, portanto, em inidoneidade de fundamentação, pois a jurisprudência do STJ considera o risco de reiteração delitiva e a gravidade concreta fundamentos aptos a amparar a decretação da custódia cautelar para garantia da ordem pública.

[...].

Quanto às alardeadas condições pessoais favoráveis do paciente, é pacífico na doutrina e jurisprudência que a presença delas não obsta a segregação cautelar do réu ou indiciado, desde que a prisão encontre fundamento no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Isso porque, mesmo que a situação pessoal seja favorável, outros fatores externos à pessoa do indiciado ou réu podem ensejar a cautela. Não pode, em nenhuma hipótese, valer-se ele das condutas supostamente ilibadas para a obtenção automática de um benefício que é mera expectativa de direito e que será atingido se, e somente se, preenchidos os demais requisitos.

Com relação ao argumento da desproporcionalidade da prisão preventiva, penso que, ao menos por ora, é temerário afirmar que ao fim do processo poderá ser deferida a aplicação de benefícios penais ou regime mais brando.

Caberá ao juiz, no momento oportuno, depois da análise de todas as provas, julgar a causa e, no caso de condenação, dosar a pena e avaliar o cabimento de benefícios, o que demanda valoração probatória e exame completo das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal.

Desse modo, a manutenção da prisão cautelar é medida que se impõe por visar à garantia da ordem pública e são inaplicáveis as medidas cautelares alternativas à prisão, pois não se mostram suficientes e adequadas para resguardar a ordem pública, vulnerabilizada pela gravidade concreta dos delitos,

em tese, praticados pelo paciente e pelo risco de reiteração delitiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência